



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

Secretaria do Meio Ambiente

Conselho Deliberativo do Fundo Estadual de Recursos para o Meio Ambiente

1 ATA DA DÉCIMA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO 2 DELIBERATIVO DO FUNDO ESTADUAL DE RECURSOS PARA O MEIO 3 AMBIENTE - FERFA

4 No dia cinco de abril de dois mil e dezesseis, às quinze horas e vinte e cinco minutos,
5 realizou-se a décima segunda Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo do Fundo
6 Estadual de Recursos para o Meio Ambiente - FERFA, na sala de reuniões da Secretaria
7 do Meio Ambiente - SEMA. Estiveram presentes a Coordenadora de Gestão dos
8 Fundos – COGEF/SEMA, Aline Bitencourt da Silva, os conselheiros: Sr. Luiz
9 Antonio Ferraro Júnior e Sra. Kitty de Queiroz Tavares, representantes da
10 Secretaria do Meio Ambiente SEMA; Sr. João Lopes Araújo e Sr. Cláudio de
11 Carvalho Mascarenhas, representantes do Conselho Estadual do Meio Ambiente –
12 CEPRAM; e o Diretor Geral da SEMA, Sr. Jabson Machado. Aline Bitencourt deu
13 início à sessão fazendo a leitura da pauta: aprovação das atas da décima primeira
14 Reunião Ordinária e da sétima Reunião Extraordinária; apresentação do Relatório de
15 Execução 2015; apreciação e aprovação da proposta do Plano de Aplicação 2016;
16 apreciação e aprovação do Calendário Anual de Reuniões; Informes; e o que ocorrer.
17 Sem nenhuma objeção, as atas foram aprovadas por unanimidade. Aline Bitencourt
18 sugeriu alteração da pauta, para discutir a proposta do Plano de Aplicação 2016 antes da
19 apresentação do Relatório de Execução, considerando a necessidade de análise e
20 aprovação do Plano pelo Conselho, para repasse de recursos a algumas instituições
21 conveniadas. Após concordarem, Aline Bitencourt passou a informar que o FERFA
22 atualmente, tem 14 convênios vigentes, sete convênios encerrados. Registrou que é
23 necessário um montante de R\$ 1.489.113,66 (um milhão, quatrocentos e oitenta e nove
24 mil, cento e treze reais e sessenta e seis centavos) a ser repassado para os convênios
25 vigentes. Considerando que não há recurso suficiente, tendo em vista que a dotação
26 orçamentária do FERFA de 2016 é apenas R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais), sugeriu
27 que se priorizasse o repasse para as instituições de acordo com a execução e resultados.
28 Na Ação 7729 – Sustentabilidade ambiental, que se priorizasse o convênio nº 003/2012,
29 com a Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC, tendo em vista que este convênio
30 completará cinco anos em março de 2017 - sem possibilidade de aditivo de prazo, cujo
31 saldo para repasse é de R\$ 87.482,68 (oitenta e sete mil quatrocentos e oitenta e dois
32 reais, e sessenta e oito centavos). A execução foi considerada boa e já se encontra em
33 fase final de conclusão do projeto, e como se trata de uma Universidade Estadual, há
34 devolução de recurso descentralizado e não utilizado. Na ação 7432 - Apoio a
35 implantação de ações de manejos de sistemas agroflorestais, sugeriu que os seguintes
36 convênios fossem priorizados: Convênio nº 004/2014 - Instituto de Formação Cidadã
37 São Francisco de Assis – ISFA, Projeto “Umbu da Gente”, sugeriu repassar em 2016,
38 uma parcela no valor de R\$ 76.000,00 (setenta e seis mil reais), do total de



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

Secretaria do Meio Ambiente

Conselho Deliberativo do Fundo Estadual de Recursos para o Meio Ambiente

39 R\$153.218,40 (cento e cinquenta e três mil, duzentos e dezoito reais e quarenta
40 centavos) faltantes, pois a atividade referente ao recurso da primeira parcela ainda está
41 em execução; Convênio nº 013/2014 - Instituto de Permacultura em Terras Secas –
42 IPÊTERRAS, Projeto “Implantação de SAF’s – Sistemas Agroflorestais para
43 Recuperação Ambiental e Empoderamento Social no Território de Irecê-Ba”, foi
44 proposto o repasse no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), do valor de
45 R\$171.075,62 (cento e setenta e um mil, setenta e cinco reais e sessenta e dois centavos)
46 que ainda não foi repassado; Convênio nº 006/2014 – Associação Regional da Escola
47 Família Agrícola do Sertão – AREFASE, Projeto “Licuri, semente de esperança, foi
48 proposto o repasse no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) do total de
49 R\$170.474,00 (cento e setenta mil, quatrocentos e setenta e quatro reais) ainda para
50 repasse, para não paralisar as atividades do projeto; Convênio nº 014/2014 - Associação
51 da Escola Comunitária Família Agrícola da Região de Cícero Dantas, Projeto
52 “Fortalecendo os Sistemas Agroflorestais no semiárido baiano: fomentando o manejo
53 sustentável aos Recursos Naturais”, propõe o repasse integral do recurso da última
54 parcela, no valor de R\$162.866,56 (cento e sessenta e dois mil, oitocentos e sessenta e
55 seis reais, cinquenta e seis centavos), considerando que teve uma boa execução e já teve
56 repactuação para reprogramação de parcelas. O valor total era de R\$262.866,56
57 (duzentos e sessenta e dois mil, oitocentos e sessenta e seis reais e cinquenta e seis
58 centavos), mas devido às restrições orçamentárias de 2015, houve a necessidade da
59 reprogramação da parcela, sendo repassado somente R\$100.000,00 (cem mil reais) no
60 final ano passado, já executado no período de dois meses, conforme já prestaram contas.
61 A previsão de encerramento desse convênio é julho de 2016, o recurso seja repassado.
62 Na Ação 5958 - Aprimoramento de Instrumentos Especializados para Tomada de
63 Decisão Ambiental, há o recurso do Termo de Ajustamento de Conduta – TAC com o
64 Ministério Público Estadual – MPE-BA, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e
65 será executado pela Superintendência de Estudos e Pesquisas – SEP/SEMA. Na Ação
66 5475 - Implantação do Programa de Pagamento por Serviços Ambientais, foi solicitado
67 um recurso no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), mas como nenhum projeto
68 foi apresentado para execução, foi solicitado à Diretoria Geral da SEMA a anulação
69 desse valor, que será transferido para a Ação 7432 - Apoio a implantação de ações de
70 manejos de sistemas agroflorestais. Na ação 5477 - Apoio a projetos socioambientais,
71 está previsto um valor de R\$2.000.00 (dois mil reais) para monitoramento das
72 atividades dos convênios vigentes. A coordenadora registrou que os convênios que
73 encontram dificuldades para execução dos projetos e prestação de contas não foram
74 priorizados. Citou o convênio com o Instituto Bonfinense de Meio Ambiente e
75 Educação Ambiental - IMBU, que ainda não prestou contas da primeira parcela e
76 salientou que os técnicos da COGEF e da Diretoria de Educação Ambiental para a
77 Sustentabilidade – DIEAS, irão a campo para uma atividade com a comunidade

Handwritten signature/initials.



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

Secretaria do Meio Ambiente

Conselho Deliberativo do Fundo Estadual de Recursos para o Meio Ambiente

78 envolvida, a fim de averiguar a execução do projeto e se há interesse em dar
79 continuidade ao mesmo. Os referidos técnicos sugeriram alteração no plano de trabalho,
80 para que o objeto do convênio possa ser alcançado, mas até o momento, essa sugestão
81 não foi acatada pela instituição. O valor total desse convênio foi de R\$60.000,00
82 (sessenta mil reais), dos quais foram repassados em 2014, R\$42.280,00 (quarenta e dois
83 mil, duzentos e oitenta reais) referentes à primeira parcela, sendo registrado até o
84 presente momento um baixo índice de execução físico-financeira. No caso do convênio
85 com a Associação Cultural Cabralia Arte e Ecologia – ASCAE, a prestação de contas
86 parcial encontra-se em análise. A COGEF fará revisão desse convênio considerando o
87 valor muito alto e a dificuldade orçamentária que passa o Estado. Disse que pretende
88 propor à instituição a possibilidade de redução do valor e do escopo sem afetar o objeto.
89 O Diretor Geral, Jabson Machado Prado externou que, diante da situação exposta, não
90 há previsão desse recurso, sendo necessário um pedido de suplementação à Secretaria
91 da Fazenda – SEFAZ, ou uma reprogramação do cronograma do projeto. Aline
92 Bitencourt ressaltou que a repactuação poderia ser proposta para outros convênios,
93 considerando a insuficiência do orçamento. Desta forma, os valores estariam
94 distribuídos por Ação da seguinte forma: na Ação 7729, o valor de R\$195.469,98 (cento
95 e noventa e cinco mil, quatrocentos e sessenta e nove reais, e noventa e oito centavos);
96 na Ação 7432, o valor de R\$402.530,02 (quatrocentos e dois mil, quinhentos e trinta
97 reais e dois centavos). Na Ação 5958, o valor de R\$100.000,00 (cem mil reais). Aline
98 Bitencourt esclareceu que o recurso referente à Ação 5958 possui destinação específica,
99 não podendo ser utilizado para outros fins. Claudio Mascarenhas comentou que a
100 apresentação foi feita sobre o aspecto contábil-financeiro, justificando e fazendo
101 observações a respeito da gestão da execução, mas considerava insuficiente para efeito
102 de uma avaliação final. Colocou que não teria dúvida quanto à veracidade das
103 informações, bem como da intenção de buscar soluções para os convênios que não
104 estejam atendendo a contento. Disse que conhecia a maior parte das entidades
105 conveniadas, mas considerava que o papel dos membros era conhecer um pouco mais os
106 resultados. Aline Bitencourt colocou que existe um acompanhamento para cada projeto
107 executado, os técnicos vão a campo, enviam e-mail, mantêm contato telefônico com as
108 instituições de forma a perceber o desempenho dos trabalhos. O relatório de execução é
109 um instrumento para os conselheiros terem conhecimento. Registrou que os processos
110 referentes aos convênios e respectivas prestação de contas encontram-se na
111 coordenação, à disposição de todos que tiverem interesse em consultar. Os mesmos são
112 analisados pela área técnica responsável pelo acompanhamento e na sequência pela
113 COGEF, responsável pela parte financeira. Informou que há uma discussão interna
114 permanente entre a DIEAS e essa Coordenação. Claudio Mascarenhas colocou que
115 faltavam informações técnicas mais detalhadas, e até mesmo a possibilidade de uma
116 discussão no âmbito do CEPRAM. Contudo, era favorável à aprovação do plano de



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

Secretaria do Meio Ambiente

Conselho Deliberativo do Fundo Estadual de Recursos para o Meio Ambiente

117 aplicação, mas com o compromisso de se realizar uma discussão mais aprofundada
118 sobre cada um dos processos. Ferraro comentou que concordava com Claudio
119 Mascarenhas a necessidade de se conhecer e obter mais informações, mas discordava
120 dessa apresentação em outro Conselho, considerando que esse espaço já funcionava
121 com esse papel. Claudio Mascarenhas argumentou que, com relação ao CEPRAM, a
122 matéria não seria submetida à aprovação, mas para discutir algo que pudesse contribuir
123 com a SEMA para elaboração dos próximos Editais. Aline Bitencourt explicou que a
124 avaliação desses convênios é feita em conjunto com a área técnica da DIEAS e o
125 INEMA. Depois de concluído, o relatório é encaminhado à Diretoria Financeira da
126 SEMA, que apresenta um relatório de aprovação da prestação de contas. Caso falte
127 alguma informação, ou se identifique alguma inconsistência, solicita-se
128 complementação. Em alguns casos sugere-se a elaboração de um parecer técnico
129 conjunto dos técnicos fiscais dos convênios. Também, observa a importância do prazo
130 final de execução do projeto, de uma necessidade de prorrogação, caso ocorra algum
131 imprevisto. O Sr. Cláudio Mascarenhas questionou se houve alguma apresentação nos
132 Colegiados referente às atividades da COGEF. Aline Bitencourt informou que foi feita
133 uma apresentação sobre o funcionamento do Fundo no CONERH o ano passado e no
134 Comitê de Bacias do Recôncavo sobre as atividades da Câmara de Compensação
135 Ambiental. Mas o CEPRAM pode solicitar essa apresentação. Cláudio Mascarenhas
136 solicitou acesso aos relatórios físico e financeiro para melhor aprofundar. Diante das
137 colocações, foi sugerido aprovar a proposta desse Plano de Aplicação 2016,
138 considerando o que se conhece das execuções e, conforme o acompanhamento técnico
139 durante o ano, discutir com a Diretoria Geral da SEMA a possibilidade de buscar uma
140 suplementação de recursos. A COGEF se comprometeria a elaborar uma apresentação
141 mais detalhada sobre a execução de cada convênio e uma apresentação macro dos
142 valores de todos os convênios firmados de 2012 até então. No final do ano passado,
143 durante a última reunião do Conselho, seis instituições com convênios firmados com a
144 SEMA e já à época encerrados, apresentaram os resultados de cada projeto, explicando
145 o processo de execução, as experiências e dificuldades enfrentadas com a redução dos
146 recursos. Aline Bitencourt colocou a possibilidade de realizar uma reunião
147 extraordinária específica para apresentação desse relatório. Destacou que era
148 interessante analisarem o relatório com calma e apresentar sugestões e/ou
149 questionamentos. Jabson Machado falou que o cenário de 2015 não era muito otimista,
150 mas com muito esforço, ao final do exercício, conseguiu vislumbrar uma melhora,
151 atendendo algumas demandas de forma parcial. Aline Bitencourt fez um comparativo do
152 desempenho da COGEF entre 2014 e 2015, percebeu-se que em 2015 foi feito um
153 acompanhamento mais próximo das instituições, inclusive, foi fundamental a admissão
154 de mais três técnicos na Coordenação para fortalecimento das atividades. Houve
155 comentários sobre a Lei nº 13.204 de 14.12.2015, que altera a Lei nº 13.019, de 31 de



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

Secretaria do Meio Ambiente

Conselho Deliberativo do Fundo Estadual de Recursos para o Meio Ambiente

156 julho de 2014, que dispõe sobre o regime jurídico das relações entre a administração
157 pública e as organizações da sociedade civil que envolvam ou não a transferência de
158 recursos financeiros. Aline Bitencourt comentou que, as relações entre estes entes
159 passam a se chamar termo de parceria ou acordo de cooperação, restando a figura do
160 convênio às parcerias entre instituições públicas, sendo que para o primeiro a realização
161 de chamamento público torna-se obrigatória. Por fim, foi declarado aprovado o Plano de
162 Aplicação 2016. O próximo ponto de pauta, apreciação e a aprovação do calendário
163 anual de reuniões. Ressaltou que essa era a primeira reunião ordinária do ano de 2016 e,
164 de acordo com o Regimento Interno do Fundo, as reuniões do Conselho devem ocorrer
165 de três em três meses. Assim, as datas para as próximas reuniões foram definidas da
166 seguinte forma: duas ordinárias nos dias 12 de julho e 18 de outubro; e uma
167 extraordinária no dia 6 de dezembro, todas às 14 horas, na Sala de Reuniões da SEMA.
168 Caso ocorra qualquer imprevisto, todos serão comunicados com antecedência. Passou
169 para os informes: Luiz Ferraro falou sobre a alteração do TAC, porque inicialmente foi
170 indicada a utilização dos recursos no projeto MAP Geo Bahia (Módulo de Análises
171 Preliminares). Este projeto possui três fases: a primeira foi financiada com recursos do
172 setor eólico, e reforçou as análises preliminares de investimentos eólicos e minerais para
173 todo Estado, criando a base da ferramenta, cujo lançamento estava previsto para este
174 mês, para uso público, inclusive vinculado ao procedimento da Comissão
175 Interinstitucional e Educação Ambiental – CIEA; cada empreendedor vai poder clicar e
176 apresentar o seu polígono de interesse e será emitido um relatório daquele polígono,
177 com todos os dados disponíveis do Estado. Esta fase já foi apresentada ao CEPRAM e
178 está funcionando, aguardando lançamento. A segunda fase, denominada MAP 2, é
179 custeada com recursos do PDA, e tem por objetivo a realização de análises específicas,
180 gerando mapas de custos socioambientais para os diferentes setores não contemplados
181 no MAP 1, como os setores agropecuário, , de infra-estrutura, energético. O MAP 3
182 também conta com recurso de consultoria dentro do PDA, e este conseguiu contemplar
183 uma boa parte do escopo que estaria no MAP Geo Bahia 3, denominada Sala de
184 Cenários, sendo o primeiro esforço, talvez um dos primeiros esforços nacionais para
185 propiciar a análise integrada de investimentos. Identificou que a atividade prevista para
186 o recurso do TAC era um pouco mais caro que o recurso obtido, pois precisava de um
187 trabalho mais complexo de TI, que pode ser enquadrado também no recurso do PDA.
188 Desta forma, o recurso do TAC será utilizado para aprimoramentos nas três fases do
189 MAP, permitindo acelerar o processamento e entregar vários desenhos de traçado com
190 variações de custo ambiental. Por fim, sugeriu apresentar o Termo de Referência na
191 próxima reunião, para conhecimento dos Conselheiros. Disse que se pretende, através
192 do MAP, fazer a integração de diversas peças de ordenamento territorial. Aline
193 Bitencourt informou que a Diretoria de Estudos Avançados de Meio Ambiente -
194 DEAMA estava programando para a Semana do Meio Ambiente um Seminário sobre o



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

Secretaria do Meio Ambiente

Conselho Deliberativo do Fundo Estadual de Recursos para o Meio Ambiente

Programa de Formação que a SEMA desenvolve. Informou que na próxima sexta-feira, dia 8 de abril, a COGEF fará uma apresentação geral sobre o Fundo e a Câmara de Compensação Ambiental durante a reunião do Fórum Baiano de Comitês de Bacias Hidrográficas. Por fim, a reunião foi encerrada às dezesseis horas e trinta e cinco minutos, sendo assinada por todos os membros presentes. Salvador, cinco de abril de dois mil e dezesseis.

Membros:

Aline Bitencourt – COGEF/SEMA

Luiz Antonio Ferraro Júnior - SEP/SEMA

Kitty de Queiroz Tavares – SPA/SEMA

João Lopes Araújo – CEPRAM

Claudio Mascarenhas – CEPRAM